

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade 5**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-098-8

DOI 10.22533/at.ed.988190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PADRE RAPHAEL MARIA GALANTI: ABORDAGEM CÍVICA E JESUÍTICA DA HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS	
Ligia Bahia de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9881904021	
CAPÍTULO 2	14
GENEALOGIA DO <i>ETHOSEM</i> SARTRE: IMPLICAÇÕES DO ATUALISMO ONTO-FENOMENOLÓGICO NA LITERATURA E DRAMATURGIA	
Ricardo Fabricio Feltrin	
DOI 10.22533/at.ed.9881904022	
CAPÍTULO 3	28
PARA QUE FILOSOFIA? A FINALIDADE DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	
Ítalo Leandro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904023	
CAPÍTULO 4	38
AMBIENTE FAMILIAR LETRADO: SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Leliane Aparecida Ribeiro	
Sandra Fiorelli de Almeida Penteado Simeão	
DOI 10.22533/at.ed.9881904024	
CAPÍTULO 5	43
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES E DISCENTES EM UMA DISCIPLINA DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA USABILIDADE DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE	
Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza	
André Ribeiro da Silva	
Cássio Murilo Alves Costa	
Maria Auristela Menezes Costa	
Jitone Leônidas Soares	
Jônatas de França Barros	
Carissa Menezes Costa	
Críssia Maria Menezes Costa	
Fernando Antibas Atik	
DOI 10.22533/at.ed.9881904025	
CAPÍTULO 6	49
ANTROPOLOGIA LITERÁRIA: UMA ANÁLISE DO OLHO E DO OLHAR EM “O CORAÇÃO DELATOR” DE EDGAR ALLAN POE	
Anelliz Galvão do Amaral Giovaneti	
DOI 10.22533/at.ed.9881904026	

CAPÍTULO 7	55
ANÁLISE SOB OS CRITÉRIOS DO MEC DE UM CURSO ABERTO MASSIVO	
Edilmar Marcelino Ana Beatriz Buoso Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.9881904027	
CAPÍTULO 8	66
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA NO FACEBOOK: COLABORAÇÃO, LETRAMENTO DIGITAL E AUTONOMIA	
Inês Cortes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904028	
CAPÍTULO 9	76
ANÁLISE DE DISCURSO DE UMA PROPAGANDA DO GOVERNO TEMER SOBRE O “NOVO ENSINO MÉDIO”	
José Ronaldo Ribeiro da Silva Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.9881904029	
CAPÍTULO 10	88
PARA UMA CRÍTICA DA MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO	
Jucélia Maciel do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.98819040210	
CAPÍTULO 11	91
A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS (TPAS) DO PORTO DE PARANAGUÁ- PR E AS ATUAIS DEMANDAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MARÍTIMA	
Luceli Gomes da Silva Mário Lopes Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040211	
CAPÍTULO 12	104
AS LINGUAGENS UVIVERSAIS	
Manoel Lima Cruz Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040212	
CAPÍTULO 13	117
BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: O BRINCAR COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR	
Flávia de Castro Caixeta Kamylla Guedes Sena Tiago Gonçalves Côrrea Fernanda Duarte Pinheiro Vanessa Arruda Pires Karina Pereira da Silva Juliana Martins de Souza Janaína Cassiano Silva	
DOI 10.22533/at.ed.98819040213	

CAPÍTULO 14 124

AS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DO ARACATI/CE: DO IDEAL AO POSSÍVEL

Catarina Angélica Antunes da Silva
Gilson de Sousa Oliveira
Enéas de Araújo Arrais Neto
Tânia Serra Azul Machado Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.98819040214

CAPÍTULO 15 137

DIVERSIDADE SOCIAL: PAUTA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gualber Pereira Silva de Oliveira
Arlene Maria Soares de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.98819040215

CAPÍTULO 16 150

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA
MODALIDADE

Paula Eliane Costa Rocha
Patrícia Moraes Veado
Andrea Cristina Versuti

DOI 10.22533/at.ed.98819040216

CAPÍTULO 17 162

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O VÍDEO COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Argicely Leda de Azevedo
Gerilúcia Nascimento de Oliveira
Jorgete Comel Palmieri Mululo
Polyana Milena Barros Navegante
Carolina Brandão Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.98819040217

CAPÍTULO 18 170

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DE CRIANÇAS: O SUPLEMENTO INFANTIL DO JORNAL “A TRIBUNA”
DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira
Bruno Bortoloto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.98819040218

CAPÍTULO 19 184

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FRENTE À CIDADANIA TENDO AS MÍDIAS COMO FONTE DE
MANIPULAÇÃO E CONSUMISMO

Danielle Stewart Oliveira de Araujo
Ícaro Ribeiro Soares
Maria Clara Pinto Cruz

DOI 10.22533/at.ed.98819040219

CAPÍTULO 20	195
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EM AULAS DE HISTÓRIA	
Daniel Luciano Gevehr Darlã de Alves Shirlei Alexandra Fetter	
DOI 10.22533/at.ed.98819040220	
CAPÍTULO 21	212
A MÁQUINA DISCIPLINADORA: CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Ravelli Henrique de Souza Marta Regina Furlan de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040221	
CAPÍTULO 22	222
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura Daniela Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.98819040222	
CAPÍTULO 23	233
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA PELA CRIANÇA: DIALOGANDO COM ALEXANDER ROMANOVICH LURIA	
Lorita Helena Campanholo Bordignon Marilane Maria Wolff Paim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040223	
CAPÍTULO 24	244
OS DESAFIOS DO EDUCANDO DO PROGRAMA TOPA NO CONJUNTO PENAL DE PAULO AFONSO	
Joilson Alcindo Dias Maria Aparecida da Silva Braz Vinícius Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.98819040224	
CAPÍTULO 25	254
TORNAMO-NOS ATRAVÉS DAS COISAS	
Luiz Antonio Pacheco Queiroz Willian Carboni Viana	
DOI 10.22533/at.ed.98819040225	
CAPÍTULO 26	261
A INCLUSÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA REGIONAL NOS 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA DISCIPLINA HISTÓRIA, EM MATO GROSSO DO SUL	
Elizabeth de Fátima da Silva Mattas	
DOI 10.22533/at.ed.98819040226	
CAPÍTULO 27	274
REFORMA EDUCACIONAL FRANCISCO CAMPOS: INOVAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO E AUTORITARISMO	
Edelcio José Stroparo	
DOI 10.22533/at.ed.98819040227	

CAPÍTULO 28 284

RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DESEMPENHO NA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sonia Maria Duarte Grego
Flaviana Cristine Assumpção
Eliana Curvelo
Marisa Veiga Capela

DOI 10.22533/at.ed.98819040228

CAPÍTULO 29 295

RELAÇÃO INTERSEMIÓTICA DE TEXTOS MULTIMODAIS: UM ESTUDO IDEACIONAL CONFORME AS GRAMÁTICAS *SISTÊMICO-FUNCIONAL* E DO *DESIGN VISUAL*

Jeniffer Streb da Silva
Noara Bolzan Martins

DOI 10.22533/at.ed.98819040229

CAPÍTULO 30 301

A ESCRITA ESTUDANTIL EM PERIÓDICOS ESCOLARES NA ERA VARGAS

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

DOI 10.22533/at.ed.98819040230

CAPÍTULO 31 316

O SOLDADO E A BAILARINA: PRÁTICAS PSICODRAMÁTICAS NO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

Manon Toscano Lopes Silva Pinto

DOI 10.22533/at.ed.98819040231

CAPÍTULO 32 325

OS ESTÁGIOS SOCIOCULTURAIS DA UFRR E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Samara Siqueira de Souza
Edison Riuitiro Oyama

DOI 10.22533/at.ed.98819040232

CAPÍTULO 33 336

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIDÁTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE TRÊS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (2004-2010)

Adriana Rodrigues
Andréa Maturano Longarezi

DOI 10.22533/at.ed.98819040233

CAPÍTULO 34 348

A PROBLEMÁTICA DO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EJA DA ESCOLA RUI BARBOSA EM PINHAL GRANDE /RS

Ivani Belenice Dallanôra
Cibele Pase Liberalesso
Marilene Scapin
Thaís Vendruscolo
Zenita Maria Uliana Posser

DOI 10.22533/at.ed.98819040234

CAPÍTULO 35 357

O VALOR DA MARCA E A PERCEPÇÃO DO INTANGÍVEL: CAMPANHAS NATURA

Daiane do Rosário Martins da Silva
Mirian Sousa Moreira
Ana Clara Ramos
Carla Mendonça de Souza
Allana Dalila Costa Rodrigues Lacerda
Liliane Guimarães Rabelo
Rafael Silva Couto

DOI 10.22533/at.ed.98819040235

SOBRE A ORGANIZADORA..... 368

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DE CRIANÇAS: O SUPLEMENTO INFANTIL DO JORNAL “A TRIBUNA” DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Universidade Católica de Santos, Professora do
Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas
Santos - SP

Bruno Bortoloto do Carmo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Doutorando em História
São Paulo - SP

RESUMO: O texto a seguir apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar as representações sociais presentes no suplemento infantil do jornal A Tribuna, da cidade de Santos, no seu primeiro ano de circulação, 1960. Os autores analisaram as redações infantis escolhidas para constar do suplemento entre o primeiro número, datado de 24 de agosto de 1960 e o último, datado da última semana de dezembro de aquele ano. No total foram analisados dezenove exemplares. Constatou-se que os textos, em sua quase totalidade, apresentavam um discurso nacionalista, condizente com a intenção da formação da identidade nacional das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: jornal infantil, nacionalismo, redações, educação não-formal, heróis.

ABSTRACT: The following text presents the results of a research whose objective was to

analyze the social representations present in the children’s supplement of the newspaper A Tribuna, of the city of Santos, in its first year of circulation, 1960. The authors analysed the children’s essays chosen to appear in the supplement between the first number, dated August 24, 1960, and the last, dated the last week of December of that year. In total, nineteen numbers were analyzed. It was found that the texts, in their almost totality, presented a nationalist discourse, consistent with the intention of the formation of the national identity of the children.

KEYWORDS: children’s newspaper, nationalism, essays, non-formal education, heroes.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo apresentar e analisar os discursos presentes em textos infantis publicados durante o ano de 1960, no suplemento infantil “A Tribuninha”, do jornal “A Tribuna”, com circulação na cidade de Santos e região.

Foi observada a presença maciça de textos infantis de caráter nacionalista, entendida como forma de fortalecimento da identidade nacional das crianças da região, pois, segundo Hall (1999, p. 51)

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

A pesquisa teve início a partir de um projeto construído dentro do propósito do grupo de pesquisa, ou seja, conhecer as representações sociais presentes na cidade. O suplemento escolhido tinha como proposta editorial, à época, ser um veículo concebido *para e pelo* público infantil, como aparece registrado no primeiro número do suplemento.

Aqui está, petiz amigo, a sua A TRIBUNINHA. Ela lhe pertencerá. Tanto quanto possível este suplemento será feito pelas crianças e para as crianças. É claro que daremos uma orientação. E esta é bem simples. Desejamos apenas que A TRIBUNINHA seja instrutiva, educativa e recreativa. Nestas colunas poderão colaborar todas as crianças. Sem qualquer preferência. Qualquer escola poderá enviar o seu trabalho, em prosa ou desenho. (A TRIBUNINHA, 1960, n.1, p.1).

Este artigo faz a análise apenas dos textos infantis publicado nos exemplares do suplemento infantil “A Tribuninha”, durante seu primeiro ano de circulação. Não foram analisados outros materiais presentes no suplemento, produzidos pelas crianças ou por adultos, tais como desenhos, reportagens e passatempos.

2 | A PROPOSTA DO SUPLEMENTO

A iniciativa do jornal “A Tribuna”, e do idealizador do suplemento, Hamleto Rosato, de editar um jornal para o público infantil, causou um grande burburinho e, sobretudo, muito sucesso na rede escolar, conforme pudemos aferir. A publicação de um jornal direcionado exclusivamente para as crianças foi uma iniciativa pioneira no estado de São Paulo. Este suplemento era distribuído como encarte do jornal “A Tribuna”, às quartas-feiras, e suas dimensões correspondiam à metade de uma folha do jornal que acompanhava. Os primeiros exemplares continham quatro páginas e, a partir de 30 de novembro, passaram a conter oito páginas.

O editorial publicado na capa do primeiro número, sob o título “Razão deste suplemento”, anunciava “Tal como A Tribuna, A Tribuninha terá também um corpo de repórteres. Mas repórteres-mirins. Em cada colégio ou parque infantil haverá um”. Os repórteres-mirins eram escolhidos entre os alunos e eram responsáveis pela ligação escola-redação. Eles recebiam uma carteirinha, na qual constava o nome, qual escola representava e o ano em que exercia este cargo. Havia repórteres em escolas públicas e particulares.

Em reportagem comemorativa dos 100 anos de publicação do jornal “A Tribuna”, foi entrevistada uma pessoa que havia atuado como repórter mirim de “A Tribuninha”. A reportagem trouxe que o entrevistado relatou que “A agitação entre os alunos do Grupo Municipal Martins Fontes, no Saboó, onde [...] estudava, era grande. [...] todos queriam participar e lhe entregavam suas redações ou desenhos”. (A TRIBUNA, 1994,

p.8)

Diversas produções, textos e desenhos, destinados ao público infantil, a maioria das quais produzidas por crianças, estavam presentes nas páginas de “A Tribuninha”. Eram desenhos, contos, tirinhas, charges, passatempos, charadas, palavras cruzadas, e, principalmente, redações dos alunos de escolas públicas e particulares de Santos, entre elas as dos Grupos Escolares e Parques Infantis. Também havia publicidade, em parte dirigida às crianças e, em parte, aos adultos.

Nesta pesquisa foram analisados os textos infantis dos dezenove exemplares encontrados no período, com quatro páginas cada um até o número 14 e, a partir de então, oito. O aumento significativo do número de páginas deveu-se principalmente ao aumento no número de redações das crianças, que foram nove no primeiro exemplar e que, em 30 de novembro, quando o número de páginas aumentou, atingiram a cifra de trinta e sete. Houve também um aumento no número de desenhos.

3 | A PESQUISA

A análise feita pelo grupo recaiu sobre as redações das crianças presentes no suplemento infantil. A orientação do jornal era de que os textos viessem acompanhados da foto da criança, sua idade e o nome da escola onde estudava, embora nem sempre isso tivesse sido atendido.

O editorial do primeiro número dizia “A Tribuninha vai promover também vários concursos. O programa está sendo elaborado”.

O primeiro concurso foi sobre a Independência do Brasil. Com relação a esse concurso,

Ultrapassou toda a expectativa o concurso promovido pela A TRIBUNINHA, sob os auspícios da Câmara Júnior, sobre a “Independência do Brasil”.

Foi de tal monta o número de trabalhos recebidos que nos vimos obrigados a dedicar três números de A TRIBUNINHA para apresentação desse material. (A TRIBUNINHA, 1960, n.7, p.1)

O que foi prometido no primeiro número do suplemento foi cumprido. Neste primeiro ano de circulação foram realizados mais três concursos, totalizando quatro. Os demais foram um de desenho e dois de redações, conforme segue abaixo:

Em colaboração com A TRIBUNINHA, as Lojas Gomes instituíram um concurso de desenho, para meninos que frequentam escolas.

O E.C. Senador Feijó instituiu o concurso “Proclamação da República”, aberto para meninos e meninas, oferecendo seis medalhas, sendo três para os três primeiros colocados, do sexo masculino e três para o sexo feminino.

O Centro dos Estudantes de Santos instituiu o troféu A TRIBUNINHA para o vencedor da categoria “A” (3º e 4º ano primário) do concurso “Penas de Ouro”. (A TRIBUNINHA, 1960, n.11, p.1)

Pudemos atribuir o grande número de publicações, trinta e seis, que faziam referência à Proclamação da Independência, ao primeiro concurso que, embora não tivesse sido anunciado nas páginas do suplemento, foi alvo de nota no número sete, de 5 de outubro de 1960, na primeira página. O concurso promovido pelo E.C. Senador Feijó, que premiava os seis melhores textos sobre o Proclamação da República, resultou no envio de vinte e três textos.

Os textos, os concursos, e demais matérias publicadas nos dão indícios de que não apenas a equipe responsável pelo suplemento infantil, mas também as autoridades da educação do município, e outras personalidades locais, tinha em vista a educação dos alunos nas escolas e através do jornal.

No editorial do primeiro número do jornal, foi feito agradecimento às autoridades em educação mencionadas abaixo e a “todo ilustre professorado santista, que tantos e relevantes serviços vêm prestando às crianças” (A TRIBUNINHA, n.1, p.1).

O suplemento deixa entrever isto através dos agradecimentos à colaboração de algumas autoridades de ensino, citadas como responsáveis pela apuração do concurso anterior, “Independência do Brasil”.

Uma comissão constituída dos professores Joaquim Silveira, diretor do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal; Suetônio Bittencourt Junior, delegado regional do Ensino; d. Diva Fialho Duarte, inspetora dos Parques Infantis; prof. Francisco Meira, do magistério municipal, e o responsável pela A TRIBUNINHA fez o julgamento dos trabalhos [...]. (A TRIBUNINHA, 1960, n.7, p.1)

Duas dessas mesmas autoridades participaram da apuração do segundo concurso, da “Proclamação da República”, o que dá indícios de uma proposta que não se restringiu apenas aos editores do jornal, mas que se estendeu aos educadores.

O teor dos contos e dos textos infantis reforçam a impressão, expressa no primeiro exemplar, de que o jornal se destinava a ser instrutivo. Entre os textos analisados encontramos inúmeros que traziam a valorização e procedimentos exemplares com relação à família, à escola ou à natureza.

O texto abaixo, publicado no dia 31 de agosto de 1960, nos mostra como deve ser um bom aluno, nas palavras de uma menina do quarto ano de um Grupo Escolar da cidade. O título do mesmo é “Uma boa lição”.

Teresa era uma aluna boa e aplicada, sendo assim considerada modelo para as suas companheiras de estudo.

Mas não foi sempre tão boa.

A princípio ela pensava mais nos brinquedos do que nas lições e, por isso ganhava notas más.

Vendo que com tal procedimento entristecia seus pais, tomou firme propósito de corrigir-se; seria boa, obediente e aplicada em casa e no colégio. Assim fez e logo tornou-se a alegria dos pais, da professora e de seus colegas.

Imitemos esta boa menina. (A TRIBUNINHA, 1960, n.2, p. 1)

As redações das crianças eram feitas nas escolas e entregues ao jornal pelos repórteres-mirins. Para nossa pesquisa, optamos em analisar os textos produzidos pelas crianças, por considerarmos que seriam indicativos das representações dos adultos responsáveis pelo trabalho das crianças nas escolas e dos redatores do suplemento. Focou-se a análise em questionamentos que buscavam entender o contexto em que tais temas eram propostos e as *representações sociais*, na forma proposta por Roger Chartier.

Este artigo não se aprofunda em todos os aspectos das produções textuais infantis, procura apenas entender as representações sociais vigentes, e mesmo assim apenas a partir dos temas abordados. Entende que as representações sociais, tal como proposto por Chartier, “são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” e de que é preciso fazer “o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p.17).

O trabalho de pesquisa começou com as cópias de todos os exemplares do ano de 1960. Estes exemplares estão disponíveis para consulta pública e cópia xerográfica no acervo da Hemeroteca do jornal “A Tribuna”. Como os exemplares encontram-se encadernados, algumas publicações, feitas nas páginas centrais, não permitiram a leitura e foram desconsiderados.

Visando a preservação dos conteúdos, as cópias dos dezenove exemplares de “A Tribuninha” foram transcritas para análise. Tais produções foram as que mais chamaram a atenção dos pesquisadores, quer pelo conteúdo, quer pela forma de escrita utilizada. A norma culta era regra, as histórias eram em geral moralistas, a maioria tinha cunho positivista, pois eram descritivas, valorizavam os grandes heróis da pátria e apresentavam traços de nacionalismo exacerbado.

Faltaram aos pesquisadores, no entanto, informações importantes às quais não tiveram acesso. Destaca um ex-repórter mirim: “As professoras ajudavam na seleção do material e o repórter-mirim juntava tudo para entregar na Redação do jornal”. (A TRIBUNA, 1994, p.8). Não sabemos, entretanto, se isto se aplica a todas as escolas.

Hamleto Rosato, entrevistado na edição comemorativa dos 110 anos do jornal “A Tribuna”, relatou “Enviávamos dois exemplares para cada escola e as edições ficavam fixadas para que todos tivessem a oportunidade de ler, mesmo sem poder comprar o jornal” (A TRIBUNA, 2004, p. 81). Com esta informação, podemos concluir que os autores do texto ganhavam visibilidade e o acesso ao conteúdo não era restrito às pessoas que adquiriam o jornal.

Embora a par destes dados, provavelmente verdadeiros, desconhecemos outros, como qual a participação das professoras na escolha dos temas das produções, se eram propostos por elas ou de livre escolha dos alunos. De qualquer forma, a presença de um número expressivo de temas cívicos nos leva a concluir que os editores do suplemento infantil os consideravam relevantes. Faltam, entretanto, informações que poderiam propiciar um entendimento maior acerca da presença recorrente de determinadas temáticas, até porque fica evidente que algumas publicações se referem

a datas cívicas comemoradas por ocasião da edição daquele número.

Apesar de não ser possível comparar diretamente, por meio de documentos, o material publicado com aquele que possivelmente foi descartado, é possível aferir uma linha editorial do primeiro ano de circulação da “A Tribuninha”. As datas comemorativas contavam com textos em sua maior parte dedicados à vultos históricos, inventores e personagens que foram de conduta exemplar, isto é, sinônimo de pessoas de bem e de moral. Foi possível perceber uma série de temas e matérias voltados a temas pátrios, focados nos heróis por martírio, em homens que foram exemplos de caráter, moral e fé, na formação cívica, e, principalmente do amor à pátria. Identificou-se forte correspondência entre as datas cívicas e as publicações, o que sugere que estes temas eram tratados nas escolas. Essa constante pode ser observada nos textos infantis, pois fica evidente a relação direta entre os textos selecionados e as datas cívicas.

Dentro deste contexto, propôs-se uma análise desse nacionalismo baseando-se no conceito de Benedict Anderson, que o entende como

[...] uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana.

Ela é imaginada porque os membros das mais minúsculas das nações jamais se conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...]

Imagina-se a nação *soberana* porque o conceito nasceu da época em que o iluminismo e a revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. [...]

E por último ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independente da desigualdade e exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (ANDERSON, 2013, p.32-35, grifos do autor)

Nação e o nacionalismo seriam, portanto, produtos da modernidade. Estes artefatos culturais foram uma “destilação espontânea” de um “cruzamento complexo de forças históricas”. Estas são limitadas porque possuem fronteiras específicas com outras nações. São também soberanas porque as comunidades desejam ser livres. O penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano.

Entender o nacionalismo como um fenômeno e produto da modernidade faz compreensível suas permanências e transmutações nos discursos de formação e consolidação do Estado brasileiro durante os séculos XIX e XX. Ao longo desses dois séculos criaram-se, moldaram-se e refundaram-se heróis, símbolos e eventos para se garantir uma memória nacional oficial e comum, alterando seu sentido para legitimação dos governos imperiais e dos diversos que se sucederam ao longo do

regime republicano.

Talvez um dos principais símbolos representativos da identidade nacional, a bandeira do Brasil, passou por grandes alterações de sentido entre Império e República. Suas cores verde e amarelo que, até então, representaram as casas de Bragança e Habsburgo foram mantidas, tirado de seu centro o brasão imperial que deu lugar ao círculo azul com estrelas e os dizeres “ordem e progresso”, que representavam a orientação positivista do regime republicano que foi implantado em 1889.

A convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a diversidade fatal das línguas humanas criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada que, em sua morfologia básica, preparou o cenário da nação moderna. Dentro dessa perspectiva, Benedict Anderson nos ensina que o nacionalismo, desde fins do século XVIII, foi adaptado e moldado a diferentes épocas, regimes políticos, estruturas sociais e econômicas.

A nação, sendo uma comunidade política imaginada consolida-se, pois, apesar de a maioria de seus membros não chegar a se conhecer e ouvir falar dos demais e criarem a imagem de uma comunidade, de uma comunhão de seus membros. A nação é imaginada como um *ethos social* forjado, inventado e reinventado, tendo em vista o fato de que seus membros possuem um sentimento de fraternidade e de companheirismo. Entende que as comunidades não devem ser pensadas como falsas ou verdadeiras, mas sim pelo modo pelo qual são imaginadas.

Segundo Hall (1999, p. 56) “As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar as identidades passadas”. A volta a este passado glorioso aparece recorrentemente nas produções infantis publicadas.

Mas, ainda segundo este autor: “frequentemente este retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para [...] que se preparem para uma nova marcha para a frente” (HALL, 1999, p.56). Assim, podemos inferir uma intencionalidade educativa na valorização dos textos presentes no suplemento infantil.

Coerentemente com este pensamento, existiu uma corrente intelectual, no início do século XX, aprofundada na década de 1920, comum entre pessoas que se dedicaram a pensar a educação e a república recém-implantada no Brasil, que acreditava estar na educação a solução para os problemas que identificavam na sociedade. Para estes intelectuais

Às imagens de populações doentes, indolentes e improdutivas, vagando vegetativamente pelo país, somam-se às de uma população urbana resistente ao que era entendido como trabalho adequado, remunerador e salutar. Imigrantes a fermentar de anarquia o caráter nacional e populações pobres perdidas na vadiagem impunham sua presença incômoda nas cidades e comprometiam o que se propunha como “organização do trabalho nacional” (CARVALHO, 2003, p.13).

Esses intelectuais pretendiam, através da educação, regenerar o povo brasileiro e uma das formas seria através do nacionalismo. Eram medidas para erradicar o analfabetismo que acompanhavam, entre outras, a ideia de de “abrasileirar os

brasileiros” mediante a alfabetização e a educação moral e cívica”. Segundo Mathias (2014, p.6)

No Brasil, a fragilidade oligárquica da Primeira República era evidenciada pela grande insatisfação das classes burguesas e operárias, de setores civis e militares, de regionalidades e identidades excluídas do processo eleitoral, o que conduzia frequentes revoltas e instabilidades na máquina pública. A promoção de uma grande reforma da educação pública foi uma das respostas do Estado para a estabilização do regime político e para a manutenção da ordem social.

Encontramos nos preceitos educacionais de Arthur Porchat de Assis, professor que trabalhou em Santos no Liceu Santista, escola que formava professoras de primeiras letras e foi diretor do Instituto Dona Escolástica Rosa, que ministrava ensino profissionalizante, uma interlocução com esse pensamento na cidade de Santos

Em seu livro intitulado “Eduquemos” (1915) propunha uma educação moral e cívica e uma educação profissional que estavam em consonância com esses preceitos. Porchat de Assis acreditava que o ensino profissional, aliado ao da moral e cívica, contribuiriam para formação do “homem-cidadão”. A escola seria a responsável por transformar a criança-homem em criança-cidadão. Para isso os deveres cívicos é que concorreriam para despertar e avigorar os sentimentos patrióticos. Nas palavras deste autor “Considerada a Pátria como o lugar do nosso nascimento é natural que bem a conheçamos para saber amar-a, poder servir-a para poder respeitá-la”. (ASSIS, 1915, p. 58). Segundo Porchat de Assis, a idade para que esse trabalho comece é os sete anos aproximadamente. Como a forma de conhecer da criança, nessa idade, é através de objetos concretos, isto deve ser feito materializando a Pátria, despertando na criança o desejo de conhecê-la.

Indo neste sentido, o suplemento “A Tribuninha” deu espaço para produções infantis que abordavam aspectos da cidade de Santos ou seus personagens, cumprindo o proposto por um autor da cidade. “É da região que deve partir para ensinar a História, prestando um culto aos grandes vultos pátrios que nos legaram esse passado heroico, deixando exemplos às crianças de hoje” (ASSIS, 1915, p. 64).

Esta forma de pensar o civismo não foi exclusiva deste autor santista. A partir de 1927, consolidou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), entidade nacional ligada a intelectuais da educação brasileira que passou a promover Conferências Nacionais nas quais divulgavam os princípios que defendiam. Entre os participantes destes eventos, vários eram os intelectuais que consideravam necessárias medidas no sentido de despertar o civismo.

Foi, no entanto, na década de 1930 que as políticas educacionais se tornaram centrais para aplicação de um plano de nacional-desenvolvimentismo enquanto políticas de Estado. Getúlio Vargas, através da escolaridade universal, gratuita e compulsória, aprofundou o processo de “Nacionalização do Ensino”. Entre outros objetivos focalizou a repressão de imigrantes que não adotassem o português como língua oficial, acusando-os de crime idiomático contra a nação. Desta forma acreditava-se que filhos de imigrantes poderiam levar a cultura brasileira para suas casas e a

influência de costumes europeus seria reduzida (REAL, 2013, p.39).

A escola tornava-se, nesse contexto, peça central na propagação de uma cultura centralizadora que visava difundir padrões culturais, históricos e civilizacionais propostos, de cima para baixo, pelo Estado. Era por meio dela e de instrumentos correlatos que se buscava a unidade nacional.

Essa forma de pensamento foi aprofundada no período populista do pós-guerra (1945-1964). Em um ambiente internacional marcado pela solidificação do mundo em dois blocos e a crescente participação dos Estados Unidos na América Latina, o nacionalismo também foi visto por intelectuais da educação de esquerda como ferramenta fundamental para a emancipação nacional (SANTOS; RODRIGUES, 2013). Isso foi possível pois o nacionalismo encontrava-se presente em diferentes constelações políticas e ideológicas. Desta forma, assim como existiram nacionalismos de caráter mais popular e libertadores, também existiram nacionalismos mais reacionários, com contornos xenofóbicos.

Todavia, é importante ressaltar que a década de 1950 foi marcada por uma grande euforia. A cidade de São Paulo transformava-se na “cidade de um edifício por hora” e Brasília construía-se sob a gestão de Juscelino Kubitschek. As feições da modernidade afloravam elementos conflitantes cada vez mais evidentes e contrastantes, apesar do vetor homogeneizador que se estabelecia como tendência de cima para baixo (MATOS, 2007, 66-67).

Quando analisamos os textos de caráter nacionalista de “A Tribuinha” procuramos perceber estas características de conflito, de permanências e rupturas, em mente. Ler uma criança de doze anos escrever sobre o “13 de maio”, usando a norma culta da língua portuguesa, nos faz questionar algo além do próprio conteúdo, em si, nacionalista. O Editor fazia alterações e revisões nos textos ou só aceitaria aqueles que fossem remetidos de acordo com as normas ortográficas, estabelecendo desta forma uma triagem?

O Brasil possuía uma taxa de analfabetismo nos anos 1950 e 1960 que, apesar de decrescente, era de respectivamente 56,6% e 39,7% (INEP, 2003). Em contraste com uma modernidade que aspirava ares cultos e europeus, programas de rádio famosos, entre as mais diversas classes sociais, contavam com personagens como o de Charutinho, interpretado por Adoniran Barbosa, em horário nobre da Rádio Record. Faziam sucesso, entre outros motivos, por trazerem elementos da oralidade popular e que eram considerados errados do ponto de vista da norma culta. Sua popularidade era garantida pois existia identificação com a realidade, apesar das críticas, pois muitos julgavam uma “péssima propaganda do linguajar do povo paulista”, que estaria desta forma, mal representado (MATOS, 2007, p. 123). Como entender a presença da linguagem culta e até rebuscada em alguns textos?

Traz-se de trazer à luz, desta forma, através da leitura “a contrapelo” do documento, questionamentos acerca de qual tipo de educação a escolha editorial dos textos tinha por objetivo. Da mesma forma, indaga-se quais crianças tinham, potencialmente,

possibilidades de ter um texto aceito e tornarem-se “repórteres-mirins”, colaboradores de “A Tribuninha”.

A tabela abaixo ajuda a avaliar o quanto estiveram presentes temas relativos à Pátria neste primeiro ano de circulação do jornal. Segundo vimos antes, os eventos eram forma de se garantir uma memória nacional, oficial. Mais adiante acrescentaremos que não era apenas a presença, mas também a forma como os textos eram desenvolvidos que deixavam clara a presença do nacionalismo.

TEMAS	QUANTIDADE
Independência do Brasil/D. Pedro I/ Patriarca/Filipe dos Santos	36
Proclamação da República/D. Pedro II	22
Semana da Asa/Bartolomeu Gusmão/Santos Dumont	18
Símbolos da Pátria/ Hino/Bandeira	09
Abolição da Escravatura	04
Inconfidência/Tiradentes	02
Dia do Soldado	02
Duque de Caxias	09
Infante D. Henrique	09
Os Bandeirantes	01
TOTAL	112

TABELA 1: PRESENÇA DE TEXTOS SOBRE O BRASIL E SEUS HERÓIS NO SUPLEMENTO INFANTIL A TRIBUNINHA NO ANO DE 1960

Fonte: dados coletados pelo(s) autor(es).

A presença recorrente destes textos infantis nos faz pensar nos esforços presentes desde a Proclamação da República, endossados e acentuados pelos intelectuais que posteriormente criaram a Associação Brasileira de Educação, e presentes também durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder, no sentido de criar este sentimento de Nação no povo brasileiro, como podemos verificar neste texto publicado, com o título “SÍMBOLOS DA PATRIA”.

Toda pátria tem os seus símbolos. Os símbolos de nossa pátria são: a bandeira, o hino e o escudo.

BANDEIRA — Cujas comemoração se dá a 19 de novembro, foi adotada nessa data em 1889. É formada de um retângulo verde que representa as nossas riquezas; uma esfera azul, o céu de nossa terra; a 22 estrelas representem os estados e o Distrito Federal; a faixa branca o gigantesco rio Amazonas e a legenda “Ordem e Progresso” a síntese de nossas aspirações.

HINO — Foi escrito por Francisco Manuel da Silva e sua letra por Osório Duque Estrada.

ESCUDO — é uma peça em que se acham representadas as armas da nação. Está sempre fixada à porta das repartições públicas, nos consulados etc. (A TRIBUNINHA, 1960, n. 17, p.7)

Como dissemos acima, não apenas a presença dos temas, mas, ainda procurando

garantir uma memória nacional oficial, o culto aos heróis foram outra forma empregada no sentido de criar um sentimento de nacionalidade. A redação sobre o Marechal Deodoro da Fonseca, publicada na edição número 12, cujo tema recorrente era a Proclamação da República, e que foi transcrita abaixo, ilustra bem a forma como a participação do personagem foi retratada na História do Brasil.

VIVA A REPÚBLICA

Vindo pela rua Itaúna, as tropas revoltadas surgiram de repente, no Campo de Sant'Ana, com numerosas peças de artilharia. Os soldados marchavam garbosamente, tendo à frente, montado num belo cavalo branco, a figura veneranda e marcial do marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

Quando passavam pela estação da Central do Brasil, a infantaria de polícia, comandada pelo major Valadão, ergueu vivas a Deodoro e fez-lhe continência.

A segunda brigada recebeu ordens do marechal para ficar em frente do quartel-general com a artilharia voltada para as forças que guardavam esse edifício. Era o momento decisivo. O marechal Deodoro dá ordens para que prendam o barão de Ladário, ministro do Império, que surgiu de repente na praça. Como o barão resistisse, de revólver em punho, a guarda de Deodoro desfechou-lhe alguns tiros, indo o barão de Ladário cair ferido na esquina da atual rua Visconde da Gávea. Os soldados querem mata-lo, mas o Marechal Deodoro não permite.

Afinal, o que estava acontecendo naquela manhã de 15 de novembro de 1889? É que o marechal Deodoro da Fonseca atendendo o apelo das forças armadas, resolvera proclamar a República. Todos reconheciam que D. Pedro II era um grande imperador, que governava o Brasil há meio século, com bondade e sabedoria. Porém o nosso país era o único da América sob regime monárquico, e o povo desejava um governo republicano, um governo que fosse eleito por todos os brasileiros. A propaganda republicana era feita, naquela época, pelos vultos mais eminentes do Brasil, como Saldanha Marinho, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Campos Sales, Júlio Castilhos, Prudente de Moraes e muitos outros. As forças armadas aderiram à causa republicana, porque estavam descontentes com o governo imperial, devido os inúmeros atos de injustiça praticados contra o exército.

Quando rebentou a revolução, na manhã de 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro estava de cama, gravemente enfermo. Mas o bravo militar se levanta, veste o seu uniforme e vai comandar as tropas que marchavam para proclamar a República. Os batalhões param diante do quartel-general, o marechal entre a galope nesse edifício, sobe a escada, e entrando na sala onde se encontravam reunidos os ministros, comunica-lhes o fim do governo imperial. Encaminhando-se em seguida para uma das janelas do quartel-general, agitou no ar o seu quepe de marechal e gritou com entusiasmo:

- Viva a República!

A família imperial recebeu ordens para deixar o Brasil dentro de 24 horas, e no momento de embarcar no vapor "Alagoas", que os levaria para Portugal, a princesa Isabel falou:

- "Se tudo isso está acontecendo porque assinei a 'Lei Áurea', não me arrependo um só momento. Ainda hoje a assinaria de novo". (A TRIBUNINHA, 1960, n. 12, p.2)

Devemos também levar em conta que o suplemento “A Tribuinha” possuía uma secção intitulada “Brasileiros Ilustres” na qual eram publicados textos produzidos quase em sua totalidade pelas crianças. No período estudado, apenas os dois últimos textos foram escritos por adultos. Os textos desta secção traziam a biografia e os feitos dos personagens contemplados. Nos exemplares objeto desta pesquisa os personagens contemplados constam da tabela abaixo e não foram computados na tabela anterior.

BRASILEIROS ILUSTRES	
EDIÇÃO NÚMERO	PERSONAGEM
1.	José Bonifácio de Andrada e Silva
2.	Santos Dumont
3.	Rui Barbosa
4.	Prudente José de Moraes Barros
5.	Campos Salles
6.	Duque de Caxias
7.	Tiradentes
8.	Olavo Bilac
9.	Marechal Mariano da Silva Rondon
10.	Oswaldo Cruz
11.	Vicente de Carvalho
12.	D. Pedro II
13.	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado Silva
14.	Artur Neiva (escrito por adulto)
15.	Emilio Marcondes Ribas (escrito por adulto)

TABELA 2: PERSONAGENS CONTEMPLADOS NA SECÇÃO “BRASILEIROS ILUSTRES” DO SUPLEMENTO INFANTIL A TRIBUNINHA NO ANO DE 1960

Fonte: dados coletados pelo(s) autor(es).

Outro personagem que teve forte presença no jornal foi Santos Dumont, conforme podemos acompanhar na tabela 1. Um dos textos foi produzido por um menino de onze anos. O culto a este personagem contribuiu para o sentimento de ufanismo, por ser um brasileiro que se destacou no cenário mundial.

Alberto Santos Dumont nasceu em 1873, em Palmira, Minas Gerais. Entusiasmado pelos voos de balões, em voga naquela época, partiu para França, onde conseguiu provar a dirigibilidade aérea, em 19 de outubro de 1901, dando a volta à Torre Eiffel em Paris, num balão dirigido por ele próprio, o “Santos Dumont n.4”. A 23 de outubro, de 1906, Santos Dumont, ganhou um prêmio ao fazer voar o primeiro aparelho mais pesado que o ar. Esta prova foi realizada no campo de Bagatele, em Paris, na presença de juízes do Aeroclub de França, e foi homologado pela Federação Internacional. Estavam presentes milhares de pessoas, jornalistas, etc.

Correm rumores de que foram os irmãos Wright, numa praia na identificada da América do Norte, os primeiros a realizarem tal façanha, em 1903. Mas nada disso ficou provado, pois não existem documentos a respeito e a glória de Santos Dumont continuou sendo cultuada no mundo inteiro. É ele chamado de “Pai da Aviação”, por ter posto em realidade o sonho de Lilienthal, Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e tantos outros. (A TRIBUNINHA, 1960, n.17, p.7)

O suplemento infantil também dava espaço para a divulgação de textos relativos

à cidade. O amor à Pátria também se estendia pela valorização regional. Um dos textos foi o de um aluno de nove anos, com o título “A Cidade de Santos” e segue parcialmente transcrito abaixo.

A cidade de Santos está situada na ilha de São Vicente.

É um dos principais portos da América do sul. Por ele se escoam toda riqueza do Estado de São Paulo.

A natureza santista, maravilhosa, é o deslumbramento dos turistas que nos visitam, atraindo centenas de pessoas que aqui vêm gozar as delícias do mar.

Lindas avenidas estendem-se por toda a baía de Santos, numa extensão enorme, assim oferecendo aos passeantes um passeio de encantos extraordinários. Outras avenidas rasgam a cidade, mostrando belíssimas construções. Suas praias rivalizam em beleza com as mais famosas do mundo.

Gonzaga, Boqueirão, Embaré, José Menino, são bem concorridas e interessantes, constituindo com razão o orgulho do santista [...] (A TRIBUNINHA, 1960, n.8, p. 9)

Os textos presentes em “A Tribuinha”, nos levam a refletir acerca do ensino de História nas escolas de Santos na década de 1960, além do papel que a História do Brasil representava na formação da identidade nacional e na produção escolar. Entende-se que os relatos foram criados de cima para baixo, através da manipulação de dados culturais pré-existentes, e visaram responder às necessidades das elites, culturalmente unificadas, de homogeneizar as suas populações, culturalmente fragmentadas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que o suplemento infantil “A Tribuinha” foi uma das estratégias empregadas para o fortalecimento do nacionalismo. Ao comemorar as datas patrióticas, ao enaltecer os heróis e personalidade brasileiros, ao reforçar os símbolos pátrios, procurou reforçar os sentimentos de unidade do povo brasileiro de amor à Pátria.

A proposta apresentada no Editorial presente no primeiro número do jornal parece ter sido cumprida, pelo menos durante o período analisado, quando foi proferido o desejo de que fosse instrutiva e educativa, e pudemos concluir que foi bastante. Também foi recreativa. Além dos textos que tratavam de conhecimentos diversos, havia passatempos, como palavras cruzadas, adivinhas, orientações sobre a confecção de desenhos, entre outros.

Com relação à apropriação dos conteúdos veiculados, podemos nos questionar. Até que ponto o futuro destas crianças foi afetado pelas publicações? Que significado tiveram os prêmios na vida das crianças que os receberam?

Considerando que no primeiro exemplar havia uma proporção maior de textos e matérias dos adultos, gradativamente substituídos por produções infantis, concluímos

que a proposta inicial foi cumprida “Tal como A TRIBUNA, A TRIBUNINHA terá também um corpo de repórteres. Mas repórteres-mirins. Em cada colégio ou parque infantil haverá um. Isto não quer dizer que os demais não possam colaborar. Todos poderão fazê-lo”.

Cabe destacar, entretanto, que embora aparentemente houvesse liberdade na escolha do tema, foram privilegiados temas nacionalistas que valorizavam o Brasil e seus heróis.

REFERÊNCIAS

A TRIBUNA, Santos, n. 100, n.101, 26 mar.1994. **Edição Especial do 100º Aniversário**, Caderno 8, p.2.

A TRIBUNINHA, Santos, **Suplemento do jornal A Tribuna**, 1960, Semanal.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em 16/09/2018.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Claudia Duarte. Hamleto Rosato – Uma história de amor ao trabalho. **A Tribuna**, Santos, 26 de março de 2004, Caderno 110 anos de informação p. 80-81.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

HORTA, José Silvério Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n.104, p.5-34, jul. 1998.

MATHIAS, Daniel Santos. “Ensina a criança amar a pátria”: sinais e representações sobre a educação moral e cívica, segundo Arthur Porchat de Assis. **Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural**. São Paulo, 10 a 14 de novembro de 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniran Barbosa. São Paulo: Edusc, 2007.

PORCHAT DE ASSIS, Arthur. **Eduquemos**. Santos: Instituto D. Escholastica Rosa, 1915.

REAL, Edson Alexandre Santos. O Nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009). **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. Vol. 5, n. 1, Jan/Abr – 2013.

SANTOS, E. M. ; RODRIGUES, S. B. P. . Educação e Nacionalismo para o século XXI brasileiro. In: Edna Maria dos Santos; Angela Roberti; Jaqueline Lima. (Org.). **Pensando a História**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2013, v. 1, p. 49-67.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-098-8

